

## A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA “REALIDADE” LOCAL

Stone Bruno Coelho Barbosa<sup>1</sup>

Suellen Level da Costa<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa como a mídia influencia a construção da “realidade” local, e tem como objetivo perceber as conseqüências de tal influência. Para isso, a discussão é baseada em observações e análise de discursos que permeiam a sociedade-local e nacional; de alguns quadros; de reportagens de jornais locais e nacionais, e mesmo de falas em novelas. Abordaremos três aspectos: a) como a mídia se posiciona frente à questão indígena em Roraima – Raposa/Serra-do-Sol –, b) os discursos acionados – soberania e defesa nacional e desenvolvimento do estado – c) como a mídia corrobora para construção de um imaginário acerca do “ser roraimense” – para as pessoas que vivem fora do estado.

**Palavras-chave:** mídia. índio. discursos. identidade.

### INTRODUÇÃO

A percepção que se tem da Amazônia, de certa forma, ainda hoje, é uma herança da nossa colonização. O fascínio e a repulsa são reações opostas de uma mesma realidade: o contato com o diferente. Mas, é importante observar que, a forma como se percebe e se aceita o outro está ligada ao grau de interferência que este representa na vida prática da sociedade em questão. Ou seja, parece que a aceitação do outro está relacionada a um jogo de conveniências. Depende não só da inofensividade como da possibilidade de não se colocar como obstáculo ao tão almejado desenvolvimento, e também como ameaça ao *status quo*. Aqui, surge o problema, no qual, a concepção do outro se interpõe aos objetivos do estado, como é o caso da questão indígena em Roraima. Portanto, o que prevalece e é reproduzido são ideologias que atendem a determinado interesse político-econômico, acionando discursos de

---

<sup>1</sup> Acadêmico de Ciências Sociais com habilitação em Sociologia - UFRR, e Acadêmico de História - UERR.

<sup>2</sup> Acadêmica de Ciências Sociais com habilitação em Sociologia - UFRR.

defesa e soberania nacional, que mascara e corrobora para permanência do modelo de desenvolvimento baseado na monocultura dos grandes latifundiários.

É importante ressaltar que a Amazônia é disputada e defendida enquanto biodiversidade, fonte de água doce, santuário ecológico e etc. Mas pouco, ou quase nada, é direcionado no sentido de perceber a própria diversidade cultural BECKER (1993). No imaginário das pessoas que vivem fora do contexto amazônico o que se observa são generalizações e abstração que destoam da realidade vivenciada.

Falar da Amazônia como um todo seria cair no modismo da abstração. Portanto, este artigo se propõe a analisar como a mídia influencia a construção da realidade local, com o objetivo de perceber as consequências de tal influência. Para isso, a discussão será baseada em observações e análise de discursos que permeiam a sociedade – local e nacional –; de alguns quadros; de reportagens de jornais locais e nacionais, e mesmo de falas em novelas.

Abordaremos três aspectos: a) como a mídia se posiciona frente à questão indígena em Roraima – Raposa/Serra-do-Sol –, b) os discursos acionados – soberania e defesa nacional e desenvolvimento do estado – c) como a mídia corrobora para construção de um imaginário acerca do “ser roraimense” – para as pessoas que vivem fora do estado.

## **A MÍDIA E A QUESTÃO INDÍGENA: RAPOSA/SERRA-DO-SOL**

Desde que o estado tem sido destaque nacional devido à questão Raposa/Serra-do-Sol, observamos a “apoteose” que os meios de comunicação têm reproduzido sobre a questão. Os discursos da mídia manipulam e direcionam a opinião pública pela força da informação tendenciosa. Portanto, os discursos têm uma ação prática. Assim, como diz Bueno:

Os meios de comunicação são produtores e, ao mesmo tempo, reflexos de visões de mundo que coexistem na sociedade. Estes modos de ver o mundo perpassam seus discursos, e são expressos não apenas através da linguagem escrita, como também pelas imagens veiculadas por eles. O discurso é a materialização das formações ideológicas, sendo, por isso, determinado por elas. (BUENO, 2002, p. 37)

Em relação a isso, Guareschi (2004) fala que a comunicação parece ser o instrumento de resistência à mudança e de manutenção da situação de dominação e exploração mais importante, tendo em vista que a comunicação constrói a realidade. E, diferentemente do que se tenta passar, a construção da realidade não é neutra. Quem detém os meios de comunicação constrói uma realidade de acordo com seus interesses.

Dessa forma, sabemos que, grande parte da imprensa local representa interesses da classe dominante do estado, por isso, devemos ter dupla preocupação pela visão de mundo

criada pela mesma: ela nem só “manipula” o público de hoje, como também “escreve” a história que será lida pelas gerações futuras.

Passemos agora a analisar algumas situações recorrentes em Roraima, acerca da idéia de soberania e defesa nacional e de desenvolvimento veiculadas pela mídia.

Os militares criticaram a posição do governo federal em relação à política indigenista brasileira, criticando as demarcações de terras indígenas em área contínua que, de acordo com algumas autoridades militares, principalmente do Exército brasileiro, levaria à criação de uma “nação independente”, sujeito à ingerência de outras potências nacionais. Através deste discurso, a imprensa criou, estrategicamente, o fantasma da ameaça à segurança nacional, em que a soberania do estado brasileiro estava ameaçada pelas comunidades indígenas. Para isso, divulgou parte de uma declaração, do dia 19 de abril, dia do índio, do Coordenador do Centro Indígena de Formação e Cultura da Raposa/Serra-do-Sol, no qual o indígena, Edinaldo Pereira André, declarou: “(...) Nós que defendemos a soberania de nossa fronteira! Podemos, sim, criar uma nação indígena. Quem sabe, um dia”.

A partir dessa declaração, a mídia explorou de todas as formas a ameaça que os povos indígenas representavam para a soberania do estado nacional, criando na população de Roraima uma aversão grosseira aos mesmos.

O ex-governador do estado, Ottomar de Sousa Pinto, chegou a declarar luto oficial quando a Terra Indígena Raposa/Serra-do-Sol foi homologada. Mesmo que o “Estado” tenha respondido processo, isso demonstra que o Estado não está acima das classes, mediando os conflitos. Ele representa uma das partes, no caso a classe dominante – grandes latifundiários, políticos, empresários -, e não observando o compromisso com a garantia de multiculturalidade preconizados na Constituição de 1988, quando a questão é defender seus interesses.

## **A MÍDIA E A QUESTÃO INDÍGENA EM RORAIMA**

A percepção que temos sobre nós mesmos, nossa sociedade e sobre os outros povos, é construída, geralmente, através dos processos de socialização e educação. A imagem que temos do mundo é formada também a partir do que aprendemos, do que ouvimos e vemos, em filmes, televisão, jornais, teatro, propaganda, etc. A composição dessas imagens torna-se fonte de nossas fantasias, nossos preconceitos e as idéias reais ou distorcidas em relação a outras culturas.

Portanto, a mídia é essencial na formação e/ou deformação dessas imagens. Isso se verifica na nossa sociedade, pois vivemos na era da informação e uma quantidade imensa de acontecimentos chegam até nós de maneira instantânea, sem permitir uma análise e posicionamento crítico.

Desta forma, podemos perceber duas imagens do índio na mídia local e nacional.

[...] a primeira imagem apontada, mostra um conceito mais antigo de silvícola em que se revela uma visão estereotipada, preconceituosa e discriminatória. Essa construção em que vemos o índio indefeso, incapaz, necessitado de apoio da sociedade branca para sobreviver. Nossa descoberta está numa nova imagem que surgiu a partir dos movimentos de demarcação da reserva Raposa/Serra-do-Sol. Nela vemos um índio reivindicador, lutando pela sua autonomia e direitos de sobrevivência e de posse da terra. Ele não mais aceita a interferência de pessoas, instituições religiosas, órgãos governamentais de defesa do índio e nem de autoridades ligadas à causa indígena. (LIMA, 2001, p. 14)

Em relação a isto, Martins (1993) fala que devemos romper com o colonialismo intelectual, no sentido de não perceber o índio somente como diversidade cultural, o qual é tido como o “outro”; tratado como indivíduo de um mundo à parte. Para ele, o índio, como também o camponês, deve ser compreendido como agente político, o qual não só é ativo como o protagonista de seu percurso histórico.

Um outro discurso que aparece quando analisamos a imprensa local, produzido pela elite local (política e econômica), e repassado à massa é que o índio é um empecilho ao avanço do “progresso”, pois, sua imagem é incompatível com o modelo de uma nação desenvolvida.

Porém, uma questão que é esquecida e que deve ser retomada, para termos a dimensão de tal contradição, é que o Estado Brasileiro tem uma legislação que não só regulamenta a demarcação de áreas indígenas, mas também reconhece a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

De acordo com o Artigo 20, inciso XI, da Constituição Federal (1988),

“As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens do domínio da União, cabendo aos indígenas a sua posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. E bens públicos de uso especial, essas terras são inalienáveis e indisponíveis, não podendo ser objeto de utilização de qualquer espécie por outros que não sejam os próprios índios” (p.3).

Essas contradições, com relação à questão indígena, intensificaram-se nos últimos meses a partir da homologação e conseqüente uma possível desintrusão dos não índios da reserva indígena Raposa/Serra-do-Sol. Esse fato é destaque na linha editorial dos jornais locais e nacionais, reproduzindo uma imagem, em que o índio aparece como vilão, acionando

assim, toda a população roraimense a se juntar a uma causa que só favorece a elite de Roraima, mas que é mascarada pela ideologia de bem-estar comum. É interessante observar que o bem-estar comum exclui os índios de Roraima, uma vez que estes devem abrir mão de suas identidades em nome de um modelo de desenvolvimento.

Ao passo que as políticas compensatórias, tais como as de ação afirmativa, surgem com a perspectiva de pagar uma dívida histórica para com as minorias étnicas, observa-se que a idéia de superioridade “racial” ainda é um obstáculo ao projeto de “Estado Plural”, vindo, assim, a sobrepor-se ao ideal de modernidade. Parece que estamos diante de um retrocesso histórico, no qual a sociedade dita “civilizada”, mesmo que sob outras denominações e formas, ainda é o “umbigo” e única protagonista da história, à qual o desenvolvimento, curva-se aos seus caprichos e desejos, por mais promíscuo que estes sejam.

### **MÍDIA: A CONSTRUÇÃO DO (SER) RORAIMENSE**

Num quadro do Fantástico (2007), da Rede Globo, apresentado por Pedro Bial, o objetivo era percorrer toda a BR-174, até chegar à Venezuela, onde se produziria nova reportagem, mostrando a situação caótica da principal rodovia federal e mostrando a particularidade de cada região, um pouco da cultura de cada “cantinho do Brasil”. Algumas pessoas do Sul de Caracará que moram nas margens da BR-174 esperavam ansiosos e receptivos a caravana da Globo, mas foram surpreendidos com o encerramento da reportagem em Manaus.

Em “Pé na Jaca”, novela exibida em 2006, pela Rede Globo, o protagonista foi ameaçado mais de uma vez de ser jogado no meio dos índios, em “Rôrãima”, “lá onde Judas perdeu as botas”, onde ele não teria como entrar em contato, nem fugir para lugar algum.

Esses fatos mostram a marginalização do estado de Roraima, o qual na maioria das vezes, só ganha espaço na imprensa nacional quando o objetivo é mostrar o sinônimo de atraso e apontá-lo como grande vergonha brasileira. As pouquíssimas vezes que apareceu como manchete nacional foi para exemplificar uma terra sem lei, violenta, atrasada e corrupta: as chacinas do “Pintolândia” e “Cauamé” na década de 90, as queimadas de 98, os gafanhotos e mais recentemente, arrozeiros X índios e a questão da pedofilia.

É através dessas reportagens que as pessoas de outros estados conhecem Roraima: um estado atrasado e predominantemente indígena. Os roraimenses e outras pessoas que moram no estado, de tão massificado pela imprensa – a questão indígena e o (não) desenvolvimento do estado -, acabam se convencendo que o nosso atraso está relacionado à questão indígena;

que somos um estado atrasado porque não temos fábricas, indústrias... Mas nada é falado no sentido de mostrar a herança coronelista no nosso estado; de denunciar uma elite usurpadora, e que a característica fundamental do atraso de Roraima é nossa estrutura social e conjuntura político-econômica.

Quando um roraimense aparece num programa televisivo, como um programa do Silvio Santos, por exemplo, é questionado sobre seus cabelos encaracolados, sua pele branca – caso não tenha características indígenas -: “mas você é roraimense?”. O fato de fazermos parte da Amazônia nos imprime, na percepção do "outro", uma imagem de unidade, uma identidade, como se fossemos homogêneos. Essa homogeneidade não só omite nossa diversidade cultural e social, mas parece legitimar os “civilizados” a falarem em nosso nome, a definirem o que é melhor para nós, inclusive o nosso modelo de desenvolvimento.

## CONCLUSÃO

Falar da Amazônia como um sinônimo de atraso, e isso inclui Roraima, parece ser utilizado como estratégia para assegurar nossa tutela. Isso no sentido de que, sempre que briga(r)mos por nossa autonomia político-econômica, seja comunidades indígenas, seja moradores do Beiral, Pintolândia, os pequenos agricultores do sul do estado..., a “nossa barbárie” entra em questão.

O “ser índio” é a identidade que imprimiram nos roraimenses, e, assim, como os índios, somos discriminados; nossos direitos são tratados como favores; somos tidos como “incivilizados”, e o Estado é colonizado por uma elite que veio de fora e se agarrou à nossa terra de tal forma que “se acha” dona; que usurpa nosso desenvolvimento social e cultural; que domina os meios de comunicação e massifica a marginalização das minorias étnicas; explora (também sexualmente) os desfavorecidos, e ainda se diz falar em nome do estado e preocupado com o desenvolvimento do mesmo.

## **BIBLIOGRAFIA**

BECKER, B. K. **A Amazônia pós-ECO 92**. In: Bursztyn, M. (Org.). Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: IBAMA/ENAP/Brasiliense, 1993.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do estado, dos livros didáticos de geografia e da mídia impressa**. USP, São Paulo, 2002.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia crítica: Alternativas de mudança**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2004, 55ª ed.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **O Índio na mídia impressa em Roraima**. Campinas, 2001. Dissertação de Mestrado em Multimeios - Instituto de Artes da UNICAMP.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: Hucitec, 1993.